

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.607 - DF (2019/0155405-3)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : ELECIO PEDRO FAITA**  
**ADVOGADA : JULSE URBANESKI - DF015983**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 85 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ÓBICE DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. RECURSO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EXIGIDA DO EMPREGADOR RURAL PESSOA FÍSICA (FUNRURAL). CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF.

1. É legítima a exigência da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural a partir da vigência da Lei 10.256/2001 (RE 718.874-RS, "repercussão geral", r. p/ acórdão Ministro Alexandre de Moraes, Plenário do STF em 30.03.2017).
2. Em juízo de retratação, provida a apelação da União/ré.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente alega violação ao art. 85, §§ 3º, I, e 4º, III, do CPC/2015, asseverando que: a) as decisões proferidas após a vigência do CPC/2015, "independentemente da data da propositura da demanda, deverão observar a nova disciplina", notadamente quanto aos honorários de sucumbência (fl. 510); b) "no presente caso, deve prevalecer a regra processual vigente quando do julgamento do recurso de apelação, que alterou a sucumbência, estabelecendo nova situação jurídica, ainda que a sentença de procedência dos pedidos tenha sido proferida sob a vigência do CPC/1973" (fl. 511); e c) "se, à época do julgamento do recurso, já estava em vigor o novo CPC, são aplicáveis as suas regras quanto à fixação de honorários advocatícios" (fl. 511).

Em suas contrarrazões, o recorrido pugna pelo não provimento do recurso.

O recurso foi admitido pela decisão de fls. 523/524.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Extraí-se dos autos que, de início, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo da Fazenda Nacional, mantendo a sentença de primeiro grau que julgara parcialmente procedente o pedido "para declarar a inexistência da relação jurídico-tributária que obrigue o autor à retenção e ao recolhimento da contribuição ao FUNRURAL, sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, suspendendo-se a exigibilidade do art. 25, I e II, da Lei nº 8.212/91" (fl. 383). Na mesma sentença, **publicada em 06/12/2012** (fl. 388), estipulou-se, **à luz do art. 20, § 4º, do CPC/1973**, que a União deveria arcar com honorários advocatícios fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Na sequência, em razão do julgamento proferido no âmbito do RE 718.874/RS, e dado o caráter vinculante da decisão nele proferida, foi determinado o encaminhamento dos autos ao relator do acórdão, para exercício do juízo de retratação, considerando o disposto no art. 1.030, II, do CPC/2015 (fls. 495/496).

Nesse contexto, em juízo de retratação, o colegiado deu provimento ao apelo do ente público para reformar a sentença e reputar "devida a exigência da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural a partir da vigência da Lei 10.256/2001 que deu nova redação ao art. 25 da Lei 8.212/1991" (fl. 502), sendo fixados honorários, em favor da União, no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos moldes do art. 20, § 4º, do CPC/1973 (fl. 503).

Contudo, observe-se que não houve oposição de embargos de declaração por parte da Fazenda Nacional a fim de instar o órgão julgador a se pronunciar sobre a incidência do art. 85 do CPC/2015 à hipótese dos autos.

Dessa forma, forçoso reconhecer que o acórdão recorrido ressente-se do devido prequestionamento em relação ao dispositivo legal tido por violado, razão pela qual é inviável o conhecimento da questão, ante a ausência do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF, por analogia).

A corroborar esse entendimento, destaca-se:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AO ART. 535 DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/1973 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF.

2. **As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.**

3. Observa-se que em nenhum momento foi sequer ventilada a vedação da compensação das contribuições devidas a terceiros. Nesse aspecto, a admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos

dispositivos tidos por violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado cada um, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo apresenta-se deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia, nos termos da Súmula 284/STF.

4. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1673756/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018) (grifou-se)

Diante do exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator

